

## ***Religião e cultura política no período holandês no Brasil***

Religion and Political Culture in dutch Brazil

*Sylvia Brandão Ramalho de Brito*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo centra-se na análise de uma narrativa escrita durante o período da invasão holandesa ao Brasil, o livro intitulado *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. A obra, publicada em 1648, em Lisboa, pelo religioso Manoel Calado, tem João Fernandes Vieira, senhor de engenho de Pernambuco, como financiador e protagonista. *O Valeroso Lucideno*, cujo componente central guiava-se por uma história de cunho providencialista, tinha uma finalidade estratégica. A obra pode ser compreendida como um projeto político, tanto do encomendador, quanto do encomendado, pautado pelas marcas da historiografia do período, cujo esforço discursivo residia na teoria da boa razão de Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manoel Calado; Brasil holandês; providencialismo; historiografia; barroco.

**ABSTRACT:** This study focuses on the analysis of a narrative written during the dutch invasion to Brazil, the book entitled *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. The work, published in 1648, in Lisbon, by the religious Manoel Calado, has João Fernandes Vieira, a "senhor de engenho" of Pernambuco, as financier and protagonist. The book, in which the central component was guided by providential history, had a strategic purpose. The work can be understood as a political project, guided by the marks of the historiography of the period, whose efforts lay in the discursive theory of "boa razão de Estado".

**KEYWORDS:** Manoel Calado; dutch Brazil, providentialism; historiography; barroco.

Este artigo objetiva analisar uma narrativa histórica que trata da invasão holandesa a Pernambuco. A história<sup>1</sup>, intitulada *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade. Primeira Parte. Composta por o P. Mestre Frei Manoel Calado da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Vilaviçosa. Dedicada ao Serenissimo Senhor Dom Theodosio Príncipe do Reyno, & Monarchia de Portugal* – (doravante aqui denominado *O Valeroso Lucideno*), crônica dedicada a D. Teodósio, foi escrita entre 1645 e 1646, e publicada em Lisboa em 1648, pelo religioso português Manoel Calado do Salvador (1584-1654), ainda durante o período de dominação holandesa.

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Pública Estadual da Paraíba. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, IPHAEP. [sylviabritto@hotmail.com](mailto:sylviabritto@hotmail.com).

A vasta e qualificada bibliografia sobre o período holandês tornou possível destacar inúmeros registros produzidos por ambos os lados que se confrontaram durante as lutas no período. No lado luso-brasileiro, temos como um dos escritos fundamentais a obra de Manoel Calado. *O Valeroso Lucideno* é indispensável para a compreensão da guerra da resistência e do chamado período nassoviano<sup>2</sup>. A leitura da obra de Calado torna-se particularmente importante no entendimento do processo de relutante integração e confronto que se deu entre as várias culturas que ocuparam aquele território da América portuguesa no século XVII. Além da questão política e religiosa, aquela situação configurava diferenças de costumes, de leis, de temperamentos, de culturas – essa dinâmica perpassou o universo colonial dessa região por um longo tempo.

*O Valeroso Lucideno* foi publicado pela primeira vez, em Lisboa, em 1648 por Paulo Craesbeeck. Contudo, sete anos depois, em 24 de novembro de 1655, o livro foi alvo de sequestro por parte das autoridades eclesiásticas da Igreja Católica, tendo sido incluído no Índice de Livros Proibidos<sup>3</sup>. Em 1668 houve a sua liberação e uma nova publicação foi feita, dessa vez pelo impressor Domingos Carneiro. No Brasil, *O Valeroso Lucideno* foi primeiramente publicado em 1942 pela Cooperativa Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, em dois volumes. No ano seguinte, em 1943, foi publicado, também em dois volumes, pela Edições Cultura de São Paulo. Em 1954 e 1985, foi editado novamente pela Cooperativa Editora de Cultura Intelectual/Fundarpe. Há ainda uma edição publicada pela Editora Itatiaia em 1987 e outra pela Companhia Editora de Pernambuco, em 2004.

A obra de Manoel Calado, religioso da Ordem de São Paulo, teve como suposto encomendador, e também principal protagonista, João Fernandes Vieira (1613-1681), denominado pelo frade português de o Lucideno<sup>4</sup>. O propósito do livro estava muito claro já no *Prólogo ao Leitor*, quando Calado afirma o seu intuito de “acudir por a honra, e infalível palavra, e nome de S. Majestade, e dar alento aos moradores de Pernambuco” (CALADO, 1648, *Prólogo ao Leitor*). O livro de Calado visava, primordialmente, animar os soldados portugueses e luso-brasileiros e defender a atuação relevante do reinol João Fernandes Vieira, que juntamente com o mazombo André Vidal de Negreiros, o índio Antônio Filipe Camarão, e o negro Henrique

Dias, figura de forma destacada como um dos heróis da Restauração Pernambucana (1645-1654) (MELLO, 1997, p. 195).

Manoel Calado e sua obra estão enraizados na geografia do poder ideado pela sociedade do Antigo Regime. Aparecem em *O Valeroso Lucideno* as linhas representativas dominantes referentes às formas plurais de expressão do suposto vigor ou da inconfessada fragilidade da Coroa portuguesa. As estratégias discursivas, a importância dos sinais divinos, as justificativas utilizadas durante a guerra, o necessário controle Real em conformidade com o bem comum, a submissão dos colonos como vassalos honrosos e leais. O estudo de um livro tão peculiar nos possibilita a compreensão de uma visão de mundo particular, mas consoante com o universo cultural do qual fazia parte. A América portuguesa aclimatizou as particularidades do mundo luso, tornou-se herdeira do ideário ibérico, confluindo em um espaço onde brotaram algumas das supostas feições arcaicas do Antigo Regime.

### **Protagonismo e ascensão social**

Durante as guerras da Restauração pernambucana, os escritos sobre os grandes feitos militares e a retórica utilizada na sua descrição tiveram um lugar importante na lógica da remuneração dos leais vassalos, quando da concessão das mercês régias. Como afirma Maravall, para o bom funcionamento do reino, o governante deveria, pois, ser justo e dar, a cada um, o que lhe era o devido direito: “Atender a los merecimientos de los vassalos tiene, además de ser de justicia, una gran utilidad política, porque despierta y estimula el afán de honor en los demás” (MARAVALL, 1997, p. 331).

Muitos homens souberam usufruir de suas experiências na guerra, durante o período de dominação holandesa, de forma a alcançar honras que os alçassem a um patamar especial. Muitos destes vassalos fiéis tornavam seus feitos conhecidos, tidos por modelos exemplares de conduta, através da escrita, na qual se detalhavam eventos e conquistas militares. Ressalte-se que, ainda durante a guerra da Restauração pernambucana, alguns indivíduos, sem qualidade de nascimento, utilizaram seus esforços militares para solicitar à Coroa foros de fidalgo e postos diversos.

João Fernandes Vieira, o provável contratante da obra, viria a fazer parte, juntamente com André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Antônio Filipe Camarão, da tetrarquia de heróis da Insurreição Pernambucana, protagonistas consagrados e louvados, desde o século XVII, pelo nativismo pernambucano. Segundo Evaldo Cabral de Mello, foi reservado, para João Fernandes Vieira, um lugar de destaque na luta pela Restauração pernambucana, este que “considerava-se filho adotivo de Pernambuco, aonde desembarcara menino e pobre e onde enriquecera, casara e vivera toda a sua existência adulta” (MELLO, 1997, p. 98; 196).

Vieira encomendou a Manoel Calado uma narrativa do período da invasão holandesa até a Guerra da Restauração (por pura “coincidência”, o auge da sua epopeia pessoal de Vieira, já que ele foi uma das lideranças mais destacadas do movimento restaurador). O propósito pessoal de Vieira, em termos, foi absorvido por Calado, quando este, destrincha as agruras e sucessos do Lucideno.

*O Valeroso Lucideno* revela, em suas linhas, artefatos típicos da literatura barroca ibérica. Alcir Pécora afirma que a produção de um panegírico exige destreza no emprego do melhor procedimento retórico. A escrita de um louvor não deve existir pelo simples desejo de louvor, fato que desqualificaria o discurso. A finalidade mais nobre era servir à virtude da justiça, a partir do exemplo e da emulação, para a concórdia e a saúde do organismo do Estado (PÉCORA, SCHWARTZ, p. 48-49).

Portanto, um panegírico tinha uma finalidade política que se mesclava, muitas vezes, com o fervor religioso. No caso em questão, João Fernandes Vieira, o Lucideno, foi caracterizado como herói guerreiro, dotado de piedade cristã e abençoado pela Providência divina. Contudo, é bom que se diga, que a suposta proteção divina não era exclusiva de Vieira. Não vemos no livro manifestações místicas pessoais que acompanhassem o madeirense ao longo de sua vida, como em outros panegíricos. Os milagres e prodígios surgiam, em *O Valeroso Lucideno*, em momentos importantes e decisivos para um coletivo. Cabe ainda dizer que o panegírico de Calado, além de louvar e exaltar o Lucideno e os moradores no decurso da guerra, serviu também para descrever o estado calamitoso que se encontrava a região, aconselhando ao rei, às vezes de forma aguda, sobre a melhor forma de governar.

*O Valeroso Lucideno* foi duplamente uma justificativa e também uma defesa pública dos feitos e das motivações da vida de duas figuras tão marcantes do Pernambuco seiscentista, João Fernandes Vieira e o próprio Manoel Calado. Vieira, sobretudo, foi um homem que ascendeu socialmente de forma surpreendente e, soube construir muito bem sua imagem de súdito fiel do reino de Portugal, através da propaganda pessoal, vindo a assumir inúmeros postos no Brasil, em Angola, e no reino. Foi graças a sua habilidade e diplomacia, que Vieira tornou-se o líder da comunidade luso-brasileira de Pernambuco e, arredores. Contudo, devemos dizer que a atividade política do madeirense não teria o mesmo brilho, não fosse pela ajuda de outras figuras, como é o caso de Manoel Calado.

### **O teatro da guerra**

O autor de *O Valeroso Lucideno* parecia ser conhecedor das teorias políticas vigentes em sua época. Em determinado trecho, ao acudir aos moradores acerca de um edital de proibição de armas na capitania, ele afirma, em conversa com Maurício de Nassau, que melhor seria morrer com as armas nas mãos “do que morrer a mãos de uma tirania, rebuçada com capa de virtude, e paliada com razões de Estado” (CALADO, Livro Primeiro, Capítulo V, p. 71). Essas eram as principais acusações engendradas pelos ideólogos da boa razão de Estado, ou da razão de Estado católica, contra os seguidores de Maquiavel<sup>5</sup>.

A dimensão teológico-política presente na obra de Manoel Calado correlacionava frequentemente fé e razão. Para Maravall, era muito comum, os escritores do século XVII aproveitarem, em larga escala, de materiais provenientes da Sagrada Escritura, pincelados com argumentos de razão de Estado. O historiador espanhol chamou esta prática de exercício cristão da razão, este “esfuerzo discursivo de la razón, guiada y completada por la fé, (que) nos da sobre el objeto de la politica” (MARAVALL, 1997, p. 365).

Para Manoel Calado, a nação portuguesa havia sido sempre gloriosa e soberana no tempo em que foi governada por reis portugueses. Àquela altura, os lusitanos tinham o nome temido e respeitado por todos os outros povos. Já quando lhe faltaram reis naturais, a nação permaneceu acanhada, sem adorno e cheia de misérias. O religioso, em um importante sermão

presente no Livro Segundo da sua obra, menciona o episódio da aparição de Cristo, na véspera da batalha de Ourique, na qual D. Afonso Henriques venceu os mouros e foi aclamado rei de Portugal, fazendo uma relação entre as cinco chagas de Cristo e a composição das armas nacionais de Portugal.

Calado utiliza a lenda de Ourique para demonstrar a legitimidade do rei de Portugal, escolhido por Deus para realizar seus desígnios. Cristo havia beneficiado os portugueses com a missão de levar o seu nome e sua fé a todas as partes do mundo, ao mesmo tempo, que ameaçava com rigor sentenciá-los caso contrariassem seu destino e enveredassem pelos descaminhos da ingratidão e dos maus apetites. As mercês divinas possuíam uma espécie de cláusula de cancelamento do prometido, caso os recebedores se afastassem da santa lei de Deus, descumprindo suas vontades. Calado sempre se utilizava de passagens bíblicas para narrar acerca dos desígnios de Portugal. Portugal seria Israel, o povo português seria Sion, cobrando de Deus misericórdia e atenção: “enquanto o povo de Israel andava por o caminho da virtude, sempre Deus o favorecia e conservava em sua felicidade”. Por meio de uma sistemática comparação entre o reino de Israel e o reino de Portugal, Calado construiu seu jogo retórico estabelecendo analogias de forma a frisar a singularidade da história de Portugal. O castigo de Deus viria finalmente com a mal sucedida jornada de D. Sebastião à África, episódio essencial que fez com que Portugal se tornasse cativo de Castela, “no qual cativoeiro, e áspera masmorra esteve sepultado sessenta anos, entre ânsias, fadigas, tribulações, desfavores e injustiças” (CALADO, 1648, Livro Segundo, Capítulo I, p. 85-86).

Uma grande parcela dos portugueses, Manoel Calado aí incluído, não aceitava de bom modo a União Ibérica e sempre se sentiam desfavoráveis frente ao domínio dos espanhóis. Em *O Valeroso Lucideno* percebemos várias críticas à má administração espanhola, que perdia postos e lugares em África, “que os Reis de Portugal com tanto dispêndio de vidas e fazendas, tinha conquistado”. O Brasil também sofria, há anos, com a pirataria em suas costas e, Portugal, sem armada e cabedal, nada podia fazer para reprimir essas incursões corsárias. Para o religioso, os reis de Castela pareciam querer a permanência daquele estado em que Portugal se encontrava. Calado não esconde seu desgosto e insatisfação com aquela situação. Segundo ele,

todas as rendas de Portugal, dos reinos ultramarinos, das conquistas, da navegação e do comércio, se encontravam em Castela. Mas Deus era tão bondoso para com os portugueses que durante todos esses anos, os animava com especiais revelações, que Calado as chamava de profecias, todas elas teriam em comum o fato de estipularem o ano de 1640 em que os portugueses haveriam de receber esta grandiosa mercê de Deus (CALADO, Idem, p. 89-90).

O livro de Manoel Calado é marcado pelo tom apologético, exaltando sempre o Reino português, e se colocando contra a monarquia dos Filipes. Calado, em seus escritos, buscava atender para a necessidade de se reestabelecer a ordem perdida. Era preciso recuperar o controle do Estado e retornar à Idade de Ouro da monarquia portuguesa, daí a sua intenção de utilizar um discurso político messiânico, de um rei que surgiria para trazer de volta as merecidas glórias e conquistas à nação lusitana. Calado era muito consciente das representações de poder de sua época e sabia bem utilizar, desde a dedicatória, a sua narrativa, dentro do ambiente erudito cortesão, que tão bem conhecia. *O Valeroso Lucideno* também pode ser considerado uma obra de interpretação teológico-política, com reflexões sobre a arte de bem governar, utilizando a força argumentativa de um ideal de comportamento que merecia ser copiado, seguido em exemplos engrandecedores retirados das histórias bíblicas e de autores clássicos e da mitologia.

A subordinação das diversas partes do reino ao bem comum, na prática, não significava ausência de conflitos. O modelo da concórdia e da submissão dos membros em relação à cabeça tinha limites, a própria escritura de *O Valeroso Lucideno* comprova isso. Nas situações em que o bem comum fosse considerado ameaçado, era natural que surgissem as mensagens de alerta ao rei para que a ordem se reestabelecesse. Sobre esse tema, João Adolfo Hansen recusa a noção de hierarquia do tipo dominante/dominado tantas vezes aplicada aos documentos do século XVII; esta, seria muitas vezes destruída e reconstruída, em vários níveis e a todo o tempo (HANSEN, 2004, p. 121).

Manoel Calado em seu livro não deixava de se referir à tirania e à má administração espanhola nos anos anteriores, enquanto apelava para que Dom João IV atuasse em face da abertura pela qual passava a Capitania de Pernambuco, e que fosse breve na justiça e liberalidade<sup>6</sup>, agindo como um bom soberano para aqueles súditos. Calado cobra prevenção e

prudência do soberano, pois, um povo, enquanto está quieto, pode-se governar com o bico do pé, e uma vez rebelado há mister grande cabedal para o tornar a aquietar (CALADO, Idem, Livro Segundo, Capítulo IV, p 134-135)

No livro *Da razão de Estado*, Botero, fundamentado na ética católica, enumera o que ele considerava os princípios da prudência, essa que devia ser a virtude política por excelência do príncipe cristão: “Não consinta que seja discutida qualquer coisa que comporte alguma alteração ou novidade no estado”; “não descuide das pequenas desordens”; “(...) prefira as coisas velhas às novas, porque isto significa preferir o certo ao incerto”; “não se oponha diretamente à multidão” (BOTERO, 1992, p. 44-50).

O *Valeroso Lucideno* tinha, portanto, uma finalidade política, era um documento comprobatório, perante o rei, dos acontecimentos e das causas da sublevação pernambucana. Segundo Luís Palacín, a rebelião pernambucana violava dois tipos de lei, *a lei natural* e *a lei das gentes*. A primeira, porque os colonos haviam se rebelado contra a autoridade real; e a segunda, porque estes iniciaram um embate bélico em um tempo de tréguas (PALACÍN, 1986, p. 96).

As injustiças e ofensas que explicassem a guerra iminente deveriam ser delineadas como justificativa. Os fatos são muito bem detalhados por Calado no decorrer de todo o livro, mas, de forma mais esmiuçada, no Livro Terceiro do Capítulo I, denominado “*Das causas, e origem de se aclamar a liberdade, e se levantar o povo de Pernambuco, e tomar as armas para se livrar do cativoiro dos holandeses*”.

A nação portuguesa, para Manoel Calado, tinha sido privilegiada por Deus para dominar outros povos e as suas riquezas como retribuição pelo bem que praticava. Portugal, e suas possessões ultramarinas, estavam sendo castigados pelos seus erros do passado. Mas ainda assim, os lusitanos eram o povo eleito, cabia apenas esperar pela redenção. A convicção de que Portugal era, no mundo ocidental, a nação missionária, por excelência, estava difundida e enraizada, de todas as formas, na obra de Manoel Calado. A motivação, que o frade denominava de patriótica, de exaltação de um passado histórico e fabuloso, apresentava-se inextricavelmente aliada à justificativa política e religiosa. Ocorre, de forma clara, a transplantação (em um sentido mais restrito), para o Pernambuco colonial, de um discurso cristão que reputava os portugueses



como cristãos em essência, racionais e virtuosos, e qualificava os holandeses como irracionais, ferozes e cruéis. Os holandeses, ademais de heréticos, eram também homens sem rei, regidos por uma companhia de mercadores, eram tiranos de governo, tidos como “vorazes lobos”, afeitos a tormentos e crueldades diversas:

Pois se os Holandeses, depois que entraram em Pernambuco, nunca trataram de outra coisa mais, que adquirir para si, roubar, e destruir toda a sustância da terra; e quanto mais furtavam, muito mais desejavam de furtar, como faz o hidrópico doente, que com o beber lhe cresce mais secura. (CALADO, 1648, Livro Terceiro, Capítulo I, p. 139)

(Eram muitas) tiranias, roubos, crueldades, infâmias, desonras, traições, aleivosias, enganos, e tormentos, falsos testemunhos, e mortes, que os pérfidos Holandeses executavam nos miseráveis moradores, e sobretudo tomando-lhes suas filhas, e casando-se com elas por força, e desonrando-lhes suas mulheres, e pretendendo extinguir em Pernambuco a Fé Católica Romana, e introduzir as falsas seitas de Calvino, e Lutero, e a perfídia do Judaísmo (CALADO, Idem, Capítulo II, p. 170)

Segundo Manoel Calado, a misericórdia divina havia finalmente acudido aos filhos obedientes da Igreja, daí a necessidade de defender não apenas vidas, honras e fazendas, mas a fé católica, libertando aquela terra, por direito natural e de razão de Estado, do jugo e cativoiro, impetrado pelos “hereges calvinistas”. Diz Calado que o rei devia,

por todas as vias nos deve acudir, e remediar, não só de *razão de estado*, como valendo a quem impetrou, e se proteceu de seu Real amparo, mas da *natural*, pois somos Portugueses vassallos de Vossa Majestade, filhos obedientes da Romana Igreja. Ainda de justiça requeremos a Vossa Majestade nos acuda a toda pressa. E de misericórdia pedimos a enchentes de lágrimas nos seja profícua a clemência (timbre dos senhores Reis Portugueses) e confiados fazemos nosso Procurador ao Príncipe Nosso Senhor a quem representamos a mais agonizada aflição (...) que esta Província foi sempre mimosa dos nossos Príncipes quando florente; e que agora na miséria do ameaço, que o cutelo lhe está fazendo à sua garganta, *convém Sua Alteza, como coisa sua, procurar remi-la*, porque na dificuldade, e na despesa temos bem fundada a esperança. (CALADO, 1648, Livro Terceiro, Capítulo I, p. 146)

considerando Vossa Majestade, que em tão dilatada Província, não há terra em que de vista a vista derramado o sangue português a puras traições, não

esteja clamando a justiça de Deus, e por consequência a de Vossa Majestade, que por nenhum direito nos deve faltar. (CALADO, Idem, p. 147)<sup>7</sup>

Aquela era uma guerra distinta das outras. Não se dava entre reinos, mas entre uma Coroa e uma companhia de mercadores. Uma monarquia se conservava e mostrava-se longeva através da demonstração do zelo e do cuidado do soberano para com os seus súditos; era isso que deveria diferenciar Portugal das Províncias Unidas. Da mesma forma que Deus era o pai de todos, o que mais acalentava os súditos era a certeza em ver que os reis os tinham como filhos. Nisso consistia a firmeza e a estabilidade dos Estados. Se a Igreja alimentava o espírito, a Coroa daria a sustentação corpórea.

### **O drama barroco da carne e do espírito e a história nos escritos seiscentistas**

Em seus escritos, Manoel Calado reflete as crenças, as verdades e as teorias que fundamentaram a sociedade do Antigo Regime. Calado meditou sobre a temporalidade que abarcava a si próprio. Delineou as aspirações de seu tempo com agudeza, grandiloquência e decoro, envolvido pelos desígnios dos céus, mas dentro de uma perspectiva terrenal e política, confiante de sua interferência no curso da história. Era, portanto, um autor barroco por excelência.

Para Manoel Calado, cujo pensamento era baseado nas interpretações bíblicas, os feitos, históricos ou não, eram, em sua ocorrência natural e mecânica, resultados de uma Providência divina. A identidade divina está presente enormemente nos esquemas alegóricos dos escritos seiscentistas. A religião ocupava um posto central para os homens do século XVII, fossem eles católicos ou protestantes.

O componente central do pensamento de Manoel Calado seguiu a trilha da ortodoxia cristã, que defendia ser Deus quem conduzia o curso da história. Para Calado, os pecados dos moradores da terra foram os principais motivos da invasão holandesa. Os acontecimentos narrados em *O Valeroso Lucideno* foram submetidos à tutela de uma história de cunho providencialista na qual os fatos históricos estariam atrelados aos planos de Deus. Segundo Mário César Lugarinho, em um estudo sobre António Vieira, os escritos seiscentistas

portugueses tiveram como premissa quase obrigatória o destino, “fundamentado no mito e na profecia”. Conforme o estudioso, a historiografia no tempo de Vieira propunha levar em consideração “o mito, o sonho, a profecia” (LUGARINHO, 2011, p. 185).

Achamos pertinente destacar uma comparação que faz Calado entre o pecado e as desgraças acometidas aos moradores de Pernambuco, enfatizando ser o pecado a causa e o efeito da perversão e destruição das coisas. Essa conjectura é feita para explicar a invasão dos holandeses à capitania de Pernambuco como castigo divino decorrente dos desmandos aí então presentes:

Quem se houvesse achado na vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco, e das de mais da parte do Norte, antes que os Holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os Holandeses, e a renderam sem muito parafusar, em breve alcançaria, que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada. Era aquela república antes da chegada dos Holandeses a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro. O ouro, e a prata era sem número, e quase não se estimava; o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios, e caravelas, e se andarem as embarcações encontrando umas com outras, em tal maneira, que os Pilotos faziam mimos, e regalos aos senhores de engenho, e lavradores, para que lhes dessem duas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia (CALADO, 1648, Livro Primeiro, Capítulo 1, p. 8)

Segundo Alcir Pécora (2000), em um estudo sobre Antônio Vieira, na introdução de *Sermões*, a questão relevante, para a história do discurso engenhoso do século XVII ibérico, seria a sinalização do divino enquanto Providência orientada para a redenção do próprio homem<sup>8</sup>. Os homens que escreveram durante o período colonial eram formados em Portugal ou educados à portuguesa. Manoel Calado foi, portanto, um exemplo da cultura da sua época, apreciador da literatura sagrada, grega e latina. Foi imerso em uma filosofia – que hoje podemos denominar barroca – que o religioso português traduziu os desígnios da América portuguesa para a Europa. Calado fora um produto cultural do seu meio e o entrelaçamento entre a tradição europeia e os estímulos locais atuaram como ingrediente decisivo em sua obra.

Encontramos em *O Valeroso Lucideno*, longas exposições de conteúdo doutrinário e sagrado. A concepção histórico-cristã vinha sendo aplicada desde a Antiguidade tardia e a Idade Média. Os acontecimentos narrados por Manoel Calado estavam submetidos à tutela de uma história de preceitos providencialistas que foi uma vertente muito comum (e, supostamente, natural) aos homens do século XVII. Segundo esse flanco histórico-filosófico, os projetos realizados pela ação do homem se cumprem não porque o homem os concebeu, mas porque a Providência divina assim o quis. Deus era uma “entidade” muito próxima aos homens daquela sociedade. Ele era o responsável pelas vitórias e derrotas; conforme sua vontade, povos seriam agraciados com premiações ou condenados a castigos.

Manoel Calado construiu o seu discurso histórico enfatizando os itens basilares da historiografia do barroco: a religião, o Estado e a guerra. A obra escrita pelo religioso adota como fio metodológico uma mescla de narrativa política, tratado teológico-moral e espelho de príncipe – todas essas tópicas, elementos constituintes do que se entendia por história no século XVII.

No Livro Primeiro, Capítulo I, Calado, discorrendo sobre os males e os efeitos que o pecado traz consigo, faz um verdadeiro recorte de transcrições diversas, arrolando inúmeros pensamentos de escritores profanos e eclesiásticos. O arcabouço de referências em Manoel Calado era enorme, envolvendo tanto a cultura greco-romana, como a cristã. São citados, em meio a sua prédica, em seis páginas, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Virgílio, São Paulo, Santo Inácio, Plutarco, São Gregório Magno, São João Crisóstomo, São Mateus, Sofonias, Periandro, São João, Láercio, São Bernardo, São Jerônimo, Sêneca e Aristóteles (este último aparecendo, em maior número, quatro vezes), como forma de respaldar o seu argumento final que Calado expõe desta forma:

Temei, e tremei do pecado, e do estado miserável da culpa, que ela é a que entre todas as coisas terríveis da terra com mais razão merece ser temida; todas as mais figuras espantosas são sombras que enganam os olhos; porém o pecado porque o não vêem os olhos, não o temem como é razão que seja temido. (CALADO, 1648, Livro Primeiro, Capítulo I, p. 5)

Calado, adota um estilo culto desde o prólogo, demonstrando que escreve ao “pio, e benigno leitor” (CALADO, 1648, Prólogo ao Leitor). As narrativas históricas eram apreciadas pelos leitores discretos. O seu leitor<sup>9</sup> era douto, como ele. Conhecedor dos grandes clássicos, o seu destinatário provavelmente também respiraria do espírito das letras seiscentistas com seus aspectos religiosos, mas também, com suas manifestações supersticiosas, contradições tão caras à época barroca.

A matriz do pensamento político presente em *O Valeroso Lucideno* estava muito clara. Manoel Calado objetivava, com o seu livro, justificar e testemunhar em favor de João Fernandes Vieira e dos moradores<sup>10</sup> que teriam principiado, por motivos muito legítimos, o embate com os holandeses. A obra era um documento comprobatório das causas do levante de Pernambuco, que reivindicava do rei o cumprimento de sua função como soberano, qual seja, agir com justiça, buscando a concórdia entre cada uma das partes envolvidas na teoria do corpo místico, de forma a conservar a firmeza do Estado e a manter a ordem social e política, no reino e em suas ramificações ultramarinas. Essa leitura era condizente com os preceitos teológico-políticos da linguagem da escolástica-neotomista, que era o discurso político dominante no Portugal seiscentista.

Em oposição aos escolásticos estava Maquiavel, o principal teórico de uma razão de Estado, tida pelos seus detratores, como pérfida e tirânica. Em Portugal, a recusa ao maquiavelismo pode ser percebida pelo surgimento, na literatura seiscentista, sobretudo, dos “espelhos de príncipe”<sup>11</sup>, obras voltadas à instrução do príncipe, com discursos e conselhos ético-morais que visavam reproduzir a imagem de um governante justo e preocupado com os seus súditos. Embora não tenha essa finalidade explícita, o livro de Manoel Calado não deixa de ser um aconselhamento ao soberano, frente às urgências e aos perigos enfrentados pela invasão holandesa: era preciso remediar, amparar, restituir. Este era o seu fio metodológico, o espelho do comportamento de como um príncipe cristão deveria incorrer em atitudes morais e exemplares.

## Considerações finais

As crônicas produzidas durante o período de dominação holandesa no Brasil são fontes valiosas para os pesquisadores de diversas áreas das Ciências Sociais. Essas obras apontam para ideias e práticas vivenciadas naquela quadra da nossa história, e nos fazem refletir sobre inúmeros aspectos da sociedade colonial gestada na América portuguesa do século XVII. Não é possível nenhuma discussão mais consistente sobre o período holandês que não se reporte aos escritos de Manoel Calado. Embora fosse, na opinião de José Antônio Gonsalves de Mello (2001), o mais valioso livro do século XVII, em língua portuguesa, acerca do domínio holandês no Brasil sendo “insubstituível para o conhecimento desse período”, *O Valeroso Lucideno* ficou durante longo tempo em quase total esquecimento. Durante os mais de dois séculos que decorreram desde a sua publicação, a obra foi vista de forma positiva ou negativa por gerações de historiadores, que ora desprezavam o seu apego a minúcias, ora valorizavam sua forma detalhada de narrar a vida e a guerra no Brasil holandês, permitindo a melhor compreensão no ingressar de forma rica na dimensão do cotidiano daquela época.

Calado, apesar de todas as idiossincrasias a que lhe possam se imputadas inerentes à sua condição de frade, português e homem num mundo colonial, narrou com grande vivacidade o universo seiscentista nas Capitanias do Norte. Através de *O Valeroso Lucideno* podemos acessar aspectos pertinentes ao cotidiano da sociedade colonial do século XVII. Manoel Calado retratou, a partir de um olhar atento e perspicaz, o cotidiano e as particularidades do mundo açucareiro. Vários flagrantes da vida dos colonos são revelados pelo frade: a rotina das comunidades, das missas, dos engenhos, dos salões de festas e, obviamente, das guerras. O religioso recriminou hábitos, pintou retratos heroicos ou atacou destacados personagens com a pecha de traidores. Ainda, em sua visão de história fortemente marcada pela Providência divina, não deixou de atribuir a conquista de Pernambuco pelos batavos aos pecados antes cometidos pelos moradores, envolvidos em ladroíces e outros vícios de conduta. Presenciamos ainda na obra de Manoel Calado uma interessante situação de contato cultural, muito diferente daquela que vivenciaram europeus e indígenas, nos primórdios dos quinhentos, mas ainda assim uma situação de conflito entre duas visões de mundo e duas formas de comportamento social,

vazadas em termos de uma polêmica religiosa entre católicos e protestantes, que se estendeu a todas as esferas da vida pública e privada.

*O Valeroso Lucideno*, antes de tudo, deve ser compreendido como sendo um testemunho para a história. A formação gradual dos Estados Modernos contribuiu para a alteração do saber histórico. Como afirma Maria Lêda de Oliveira, a autonomia da política face à religião “deu a vestimenta necessária para que a História também ganhasse paulatinamente espaço preponderante dentro das doutrinas de Razão de Estado” (OLIVEIRA, 2008, p. 73). A intenção formal de Manoel Calado era escrever uma história que narrasse os feitos exemplares dos moradores da região. Desta forma, apresentava-se ao Rei e aos seus Ministros um relato do que se sucedia em Pernambuco, cobrando destes um alento. Como vimos, Manoel Calado serviu-se da metáfora do corpo político, um importante referencial que influenciou muitos dos escritos seiscentistas. Era necessário demonstrar e, mais do que isso, comprovar, as injustiças praticadas, de modo a dar legalidade a “guerra da liberdade”. Os fatos relatados pelo frade requeriam uma serventia, uma ação política, ou assim, pelo menos, Manoel Calado pretendia demonstrar; daí a sua intenção em apontar os prejuízos acarretados pela má administração política de Castela, ao mesmo tempo em que apresentava à Coroa os feitos realizados com forças e recursos dos próprios moradores da terra. Calado notadamente fez uso de alguns preceitos retóricos de modo a selecionar fatos e encobrir certas situações, para que outras mais dignas, sob sua ótica, se sobressaíssem.

Para compreendermos melhor o posicionamento de Calado e algumas das estratégias discursivas por ele utilizadas, deve-se considerar o conceito de barroco, estabelecendo uma seleção temática assentada na retórica seiscentista, vinculada a objetivos políticos, de modo a perceber nuances importantes da mundividência do religioso português. O discurso de Manoel Calado identificava-se fortemente com as narrativas produzidas à época. O religioso português certamente estava a par dos debates entre os letrados peninsulares em relação ao que se denomina a boa razão de Estado e de seus moldes de comportamento.

A Coroa e os seus súditos representavam, analogamente, a cabeça e os membros do corpo político. À autoridade, ou seja, ao Rei, caberia manter a harmonia entre as partes,

ordenando-as para o bem comum. Calado, como súdito, tinha a incumbência de alertar ao Rei quanto aos desvios de hierarquia e à desordem na administração, para que a harmonia se reestabelecesse. E assim o faz, desde o início do seu escrito, ao narrar ao Rei de Portugal, os desperdícios dos moradores diante da abundância que havia na mais rica Capitania, a falta da boa gestão dos assuntos administrativos e os negócios ilícitos dos navios vindos do Peru:

As delícias de mantimentos, e licores, eram todos os que se produziam assim no Reino, como nas ilhas. O fausto, e aparato nas casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam (CALADO, 1648, Livro Primeiro, Capítulo I, p. 8)

*O Valeroso Lucideno* tinha, como já dito, uma finalidade estratégica. A obra pode ser compreendida como um projeto político, tanto do encomendador, quanto do encomendado, pautado pelas marcas da historiografia do período, cujo esforço discursivo residia na razão de Estado, demarcada e guiada pela fé e pela mudança do devir mundano a partir do político. Este documento comprobatório propunha dissertar sobre os acontecimentos sucedidos em Pernambuco, demonstrando as causas da sublevação dos moradores da terra. Manoel Calado chama a atenção do Rei para o que ocorria na América portuguesa, clamando para que o soberano cumprisse com a sua obrigação de cuidar dos seus fieis vassallos, até então esquecidos, como é afirmado no fecho da sua obra, em relação ao dever da Coroa de “acudir a estes vassallos, que tão deliberados estão a dar as vidas por seu serviço” (CALADO, 1648, Livro Sexto, Capítulo III, p. 356).

Atentamos ainda para o emprego do discurso engenhoso pelo letrado português, Manoel Calado, com o intuito de proporcionar o deleite do seu leitor, como uma característica importante em sua narrativa. Calado, que sedimentou seus escritos na longa tradição ibérica, fincada em preceitos políticos e escolásticos, aludiu que os principais autores dessa história eram os moradores da terra, ainda que subordinados à Providência divina. O objetivo de Calado foi dar a cada um o que lhe coubesse, inclusive com relação a ele próprio, visto que a escrita de



uma obra histórica também se encaixaria nas estratégias de obtenção de mercês, postos e recompensas.

Apesar de fazer uso por diversas vezes de versões fantasiosas, ancoradas dentro da perspectiva providencialista da história, a obra de Manoel Calado é de extrema importância, pois nos dá uma visão do conjunto da sociedade barroca que foi produzida na América portuguesa, visão essa de homem europeu, dominante durante os primeiros séculos de colonização. Vem daí a sua importante contribuição à nossa historiografia do período. Através da sua crônica, podemos perceber as diversas nuances da complexidade do mundo colonial, refletidas no cotidiano e nos personagens lá retratados.

*O Valeroso Lucideno* tornou-se uma das mais ricas leituras para o historiador interessado em conhecer o mundo luso-brasileiro e a região açucareira nas primeiras décadas do século XVII. O livro merece ser compreendido segundo os preceitos retóricos de sua época, sobretudo as tópicas relacionadas à boa razão de Estado. Seu autor, um frade que veio ao Brasil recolher esmolas para sustentação de familiares, acabou andando constantemente no fio da navalha, enredado nas diversas tramas e batalhas que sacudiram as Capitanias do Norte do chamado Brasil à época e que decidiram sua configuração futura no âmbito da vasta colônia portuguesa na América.

Entendemos *O Valeroso Lucideno* como um livro épico e um compêndio indispensável para a compreensão dos estudos acerca da história do Brasil colonial, pois a obra dá margem a novas leituras e ressignificações. Do ponto de vista literário, o livro é ancorado no substrato doutrinal barroco. Do ponto de vista historiográfico, o valor é incomensurável. Manoel Calado foi espectador e contemporâneo dos acontecimentos. É certo que o autor foi parcial, mas de outro modo não poderia ter sido. Sua posição era legítima, que só uma situação iminente de guerra ocasionaria. Calado era português, religioso católico, tomou partido pelos da facção católica, como deixou claro nos títulos de todos os livros, aquele embate seria o “triunfo da liberdade”. O seu desejo era restaurar o Estado português, e o Brasil como parte dele. *O Valeroso Lucideno* deve ser considerado um depoimento para a história, sobre a qual o autor não se esquivou de tomar partido e referir-se a episódios dos mais diversos matizes.

### Fonte

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade. Primeira Parte. Composta por o P. Mestre Frei Manoel Calado da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Vila viçosa. Dedicada ao Serenissimo Senhor Dom Theodosio Príncipe do Reyno, & Monarchia de Portugal. Em Lisboa. Com licença da Santa Inquisição, Ordinário, e Mesa do Paço.* Por Paulo Craesbeeck, Impressor, & livreiro das Ordens Militares. Ano do Senhor de 1648. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/13989/2/res-434-v PDF/res-434-v PDF 24-C-R0300/res-434-v 0000 Obra%20Completa t24-C-R0300.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

### Referências

BOTERO, João. *Da razão de Estado*. Tradução de Raffaella Longobardi Ralha. Coordenação e introdução de Luís Reis Torgal. 1 ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BUESCO, Ana Isabel. *Memória e Poder*. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

CHARTIER, Roger. *Entre Poder y Placer: cultura escrita y literatura en la Edad Moderna*. Tradução de Maribel García Sánchez, Alejandro Pescador, Horácio Pons, María Condor. Madrid: Cátedra, 2000.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2 ed. São Paulo: Atelie Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LUGARINHO, Mário César. Destino, Profecia e História: Vieira e a Historiografia Portuguesa. In: HANSEN, João Adolfo; MUHANA, Adma; GARMES, Hélder (orgs.). *Estudos sobre Vieira*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MARAVALL, José Antonio. *Teoría del estado em España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720*, São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

PALACÍN, Luís. *Vieira e a visão trágica do barroco: quatro estudos sobre a consciência possível*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PÉCORA, Alcir. *Sermões: o modelo sacramental*. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.

PÉCORA, Alcir. SCHWARTZ, Stuart. (Orgs.) *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOMAS, Jose Pardo. *Ciencia y censura. La Inquisición Española y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

Artigo recebido em 16 de dezembro de 2012. Aprovado em 13 de maio de 2013.

---

## Notas

<sup>1</sup> Utilizamos, com certa liberdade, tanto *história*, quanto *crônica*, devido à inexistência de uma fronteira nítida, ao menos no século XVII, entre essas duas terminologias. A distinção metodológica surgirá, como sabe-se, com o estabelecimento da formalização da ciência histórica, o que ocorreu ainda durante o século XIX. De todo modo, pensamos ser importante delimitar alguns aspectos referentes às narrativas seiscentistas, tendo por norte a discussão que faz a historiadora Maria Leda Oliveira, em seu estudo sobre Frei Vicente do Salvador, sobre a historiografia no chamado período barroco: “O *presente*, como fonte ‘inspiradora’ para a construção da escrita da História, conflui necessariamente para a *utilidade* do discurso, o qual, para ser ‘corretamente útil’, deveria ser demonstrado através da *experiência*” (OLIVEIRA, 2008, p. 74).

<sup>2</sup> Trata-se do período em que João Maurício de Nassau governou o Brasil holandês entre 1637 e 1644.

<sup>3</sup> Para Roger Chartier, foi com o surgimento do Índice de Livros Proibidos, esse aparato institucional pertencente à Inquisição, que a função do autor foi efetivamente constituída, em finais do século XVI, “como una arma esencial en la lucha de la Iglesia católica contra la herejía y la heterodoxia” (CHARTIER, 2000, p. 101). Os índices inquisitoriais “son, pues, el marco de la censura, su punto de referencia más general y sistemático. Por tanto, su análisis como fuente para el estudio de la censura inquisitorial resulta esencial e imprescindible” (TOMAS, 1991, p. 49).

---

<sup>4</sup> A terminologia Lucideno provavelmente derive de Luz (Lux) o que intensifica o caráter alegórico da escrita de Manoel Calado. Encontramos inúmeras representações de plasmação artística do fenômeno teológico da luz. A irradiação de luz, para a Igreja Católica, é demonstração de sacralidade. Ver “A Invocação de São Mateus”, de Caravaggio, inspirado em Mateus 9: 9: “E Jesus, passando adiante dali, viu assentado na recebedoria um homem, chamado Mateus, e disse-lhe: Segue-me. E ele, levantando-se, seguiu”. Antonio Saraiva trata de uma análise etimológica que faz Antonio Vieira sobre a palavra ‘luzitano’, “o que quer dizer que são a luz do mundo”; e que tinha por finalidade “espalharem-se pelo mundo para levar aos infiéis a luz do Evangelho” (SARAIVA, 1980, p. 20).

<sup>5</sup> Maquiavel propunha uma política mais "humana", apartada da religião. O conceito de fortuna colocava por terra a noção de uma Providência divina. Segundo Martim de Albuquerque, Maquiavel antepõe a fortuna e o acaso à virtude e à religião e "neste contexto fustiga a máxima maquiavélica de que é preferível ser temido a ser amado, bem como a parábola do leão e da raposa." (ALBUQUERQUE, 1974, p.84).

<sup>6</sup> Liberalidade de acordo com o pensamento de João Botero, que para o teórico significava "libertar os necessitados da miséria" e "promover a virtude" (BOTERO, 1992, p. 32).

<sup>7</sup> Nas duas citações os destaques são nossos.

<sup>8</sup> Mais informações em PÉCORA, Alcir. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.

<sup>9</sup> Sobre a questão da leitura no século XVII ibérico, Ana Isabel Buesco afirma que as taxas de analfabetismo eram altíssimas, ultrapassando os 80%. Estariam aptos a ser leitores uma parcela pequena da população. “Nesse quadro, as categorias da população entre os quais se pode recrutar leitores são o clero, membros da administração e altos funcionários, letrados, notários, advogados, médicos, intelectuais e mercadores, mas também extractos de uma nobreza progressivamente mais sedentária e mais sociabilizada” (BUESCO, 2000, p. 34).

<sup>10</sup> Evaldo Cabral de Mello explica que o termo “moradores” foi uma expressão consagrada para designar os habitantes da América portuguesa nos documentos oficiais dos primeiros tempos da conquista. “Escusado assinalar que a expressão referia-se apenas aos habitantes de condição livre e de origem europeia, excluindo, por conseguinte, os escravos de origem africana e o ‘gentio da terra’, congregado ou não nas reduções e aldeias” (MELLO, 1997, p. 160).

<sup>11</sup> Sobre o repúdio à obra de Maquiavel no mundo português, e destacadamente sobre o gênero dos “espelhos de príncipes” na configuração da monarquia portuguesa, ver MONTEIRO, 2002, p. 152-156.